

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

AGOSTINHO NAPOLEÃO DE FREITAS

**CONCESSÃO DO CRÉDITO GIROCAIXA RECURSO PIS PELA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM ROLIM DE MOURA**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo Científico**

Cacoal - RO
2014

AGOSTINHO NAPOLEÃO DE FREITAS

**CONCESSÃO DO CRÉDITO GIROCAIXA RECURSO PIS PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL EM ROLIM DE MOURA**

Artigo de Conclusão de Curso
apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR – *Campus*
Professor Francisco Gonçalves Quiles
como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis,
sob a orientação do Professor Ms.
Cleberson Eller Loose.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “CONCESSÃO DO CRÉDITO GIROCAIXA RECURSO PIS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM ROLIM DE MOURA”, elaborado pelo acadêmico Agostinho Napoleão de Freitas, foi avaliado pela banca examinadora em _____ de _____ de 2014, tendo sido _____.

Professor Ms. Cleberson Eller Loose
Presidente

Professora Dr^a. Maria Bernadete Junkes
Membro

Professor Ms. Clodoaldo de Oliveira Freitas
Membro

Média

Cacoal - RO
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que me acompanhou durante toda minha jornada.

Aos meus pais Evodio e Luciene, ao meu irmão Matheus, e a minha noiva Ana Maria, pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho.

Aos amigos e colegas que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Aos funcionários da Caixa Econômica Federal, que me atenderam com atenção, simpatia e paciência. Também, por fornecer as informações para a realização do trabalho.

Agradeço também ao Professor Ms. Cleberson Eller Loose, que dedicou seu tempo e compartilhou sua experiência para minha formação, me acompanhou e orientou durante a realização deste trabalho.

“Nossa maior fraqueza está em desistir. O caminho mais certo de vencer é tentar outra vez.”

Thomas Edison

CONCESSÃO DO CRÉDITO GIROCAIXA RECURSO PIS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM ROLIM DE MOURA.

Agostinho Napoleão de Freitas¹

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo identificar o uso das técnicas de análise de balanço para concessão do crédito GIROCAIXA, Recurso do Programa de Integração Social, PIS na Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura; foi realizado um estudo de caso, tendo como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada realizada com o gerente responsável pelo setor de crédito. Com base na pesquisa documental, foi possível caracterizar a modalidade GIROCAIXA Recurso do PIS, como sendo uma linha de capital de giro que utiliza recursos do PIS, cujo o principal atrativo é sua taxa de juros; a pesquisa possibilitou visualizar as limitações em sua liberação, bem como seu objetivo e aplicabilidade do recurso, sendo esse, exclusivo para capital de giro de Micro e Pequenas Empresas. Quando observado se a Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura utiliza as demonstrações contábeis para análise da capacidade de pagamento de uma empresa como requisito para concessão do crédito, foi constatado que na liberação da linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS, as informações contábeis não são levadas em consideração, em virtude do porte das empresas (micro e pequenas) e a confiabilidade das demonstrações contábeis, as quais geralmente não retratam a realidade da empresa, pois as demonstrações são apenas de cunho fiscal, não evidenciando o que acontece de fato.

PALAVRAS CHAVE: Concessão de Crédito. GIROCAIXA Recurso PIS. Risco. Demonstrações Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Com a estabilidade econômica no Brasil os empresários procuram as instituições financeiras em busca de capital de giro e de investimento para sua atividade. Em uma instituição financeira, “o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos) certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura” (SILVA, 2008, p. 45). Nesta atividade existem riscos, principalmente o risco de crédito, que significa a probabilidade do tomador em não honrar com o compromisso de quitar o empréstimo (BRITO, 2003).

Diante disso “os bancos em geral, tendem a ter critérios rigorosos na concessão de crédito, pois o prejuízo decorrente do não recebimento de uma operação de crédito representará a perda do montante emprestado” (SILVA, 2008, p. 81). Criando-se uma política de crédito para verificar o grau de risco de um cliente

¹ Acadêmico Concluinte do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles. Orientador Professor Ms. Cleberson Eller Loose.

por meio de informações extraídas das demonstrações contábeis, faturamento, relação de bens móveis e imóveis, entre outros (SILVA, 2008).

As demonstrações contábeis são importantes para análise da situação econômica de empresas, possibilitando o conhecimento de sua capacidade de pagamento no curto, médio e longo prazo (MARION, 2010).

Através dos índices financeiros é possível verificar a rentabilidade, a liquidez e endividamento da entidade analisada; sendo informações importantes para a tomada de decisão na hora de liberar crédito pelos bancos (LEMES JÚNIOR, 2005).

Na Caixa Econômica Federal é disponibilizada a linha de crédito GIROCAIXA Recurso PIS, voltada para empresas com faturamento anual de até R\$ 15 milhões, que necessitam de capital de giro. O valor do crédito pode chegar até 20 mil reais e o prazo de 1 a 36 meses, com carência de até 6 meses, sendo uma linha atrativa, porque são utilizados fundos do PIS (Programa de Integração Social) e o governo isenta a cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) deixando a taxa de juros abaixo de outras linhas de crédito do mercado, sendo apenas a TR (Taxa Referencial) mais juros de 10% ao ano, o que leva a uma grande demanda.

Diante disso, esta pesquisa buscou identificar o uso das ferramentas contábeis na análise da capacidade do tomador de crédito GIROCAIXA Recurso PIS na agência de Rolim de Moura, por meio de um estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, onde os dados foram obtidos através de uma entrevista semiestruturada realizada com o gerente responsável pelo setor de crédito, o qual foi analisado com o auxílio de ferramentas eletrônicas. Sendo que para auxiliar a pesquisa foram estabelecidos como objetivos específicos: verificar qual o método utilizado para análise e liberação do crédito; descrever quais as informações utilizadas para a tomada de decisão do gerente e identificar se os índices extraídos das demonstrações contábeis são utilizados no processo de análise para liberação de crédito.

O estudo se justifica por servir de ferramenta de auxílio na tomada de decisão dos gerentes na concessão de crédito, visando abordar sobre a adequada aplicação dos recursos do PIS, bem como a importância das demonstrações contábeis na análise da capacidade de pagamento de uma empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DO SISTEMA BANCÁRIO

De acordo com Brito (2003) as instituições na sua origem tiveram como operações básicas a guarda ou a manutenção dos recursos das pessoas e passaram a utilizar esses recursos para realizar empréstimos a quem necessitasse, buscando lucro.

Segundo Pereira (2008) o grande pioneiro da atividade financeira foram os Estados Unidos da América que em 1811 já possuíam 90 bancos desenvolvendo atividades de captação e rapasse de recursos.

No que diz respeito ao sistema bancário no Brasil, “a primeira instituição bancária foi o Banco do Brasil, criado por D. João VI em 1808. Em 1836, foi criado o primeiro banco privado, o Banco do Ceará e, em 1838, foi criado o Banco Comercial do Rio de Janeiro” (PEREIRA, 2008, p. 17). Em 1861, Dom Pedro II assinou o decreto que fundou a Caixa Econômica e Monte de Socorro, posteriormente alterado para Caixa Econômica Federal.

No que se refere à captação de recursos, as intermediações financeiras começaram como uma disputa entre as casas de importação e exportação e instituições que prestavam outros serviços de apoio às empresas. O primeiro grande marco no Brasil deu-se em 1964, com a reforma bancária, idealizada de acordo com modelos de estruturas financeiras de outros países. Como consequência, houve a criação do Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Central do Brasil.

Em 1994, após o Plano Real conseguir estabilizar a economia brasileira, as instituições financeiras passaram a desempenhar um relevante papel no desenvolvimento econômico do país, contribuindo com o financiamento de setores da economia e até hoje contribuem para o crescimento do Brasil (BRITO, 2003).

2.2 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Caixa Econômica Federal - CAIXA foi criada em 12 de janeiro de 1861, por meio do Decreto nº 2.723, como Caixa Econômica e Monte de Socorro com o propósito de incentivar a poupança e de conceder empréstimos sob penhor. Desde

12 de agosto de 1969 ela é uma empresa pública nos termos do Decreto-Lei nº 759, vinculada ao Ministério da Fazenda. Prioriza em sua atuação os setores de habitação, saneamento básico e de prestação de serviços ao cidadão. Possui posição de liderança de mercado em poupança e habitação, sendo o principal agente das políticas públicas do Governo Federal, exercendo papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País (CAIXA, 2014).

Sua rede atende, além dos seus clientes bancários, todos os trabalhadores formais do Brasil por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, do Programa de Integração Social – PIS e do Seguro Desemprego; os beneficiários de programas sociais e os apostadores das Loterias. Está presente em todas as regiões brasileiras com uma ampla rede de atendimento composta por agências, casas lotéricas, unidades móveis, correspondentes bancários (CAIXA AQUÍ) e pontos de autoatendimento (CAIXA, 2014).

2.2.1 Principais linhas de crédito Pessoa Jurídica solicitadas na Caixa

A Caixa Econômica Federal oferece várias linhas de crédito à Pessoa Jurídica, sendo as principais: GIROCAIXA Recurso do PIS, GIROCAIXA Fácil, Conta Garantida CAIXA, PROGER Investimento e o BNDES FINAME.

A linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS é uma linha de capital de giro que utiliza recursos do PIS, tendo como principal atrativo sua taxa de juros que atualmente é de 0,833% ao mês; isenta de Imposto Sobre Operações de Crédito (IOF) e com um prazo variável de acordo com a modalidade solicitada, não ultrapassando o prazo máximo de 36 meses (CAIXA, 2014).

GIROCAIXA Fácil que é um empréstimo sem destinação específica, disponibilizado na forma de limite de crédito pré-aprovado o qual o cliente utiliza como capital de giro para a sua empresa (CAIXA, 2014).

Conta Garantida CAIXA é o empréstimo para a micro e pequena empresa, que deseja prover a conta corrente com recursos suficientes para suprir suas necessidades de fluxo de caixa. Nessa modalidade o crédito contratado pode ser utilizado para qualquer finalidade com juros proporcionais ao valor utilizado. A flexibilidade é a característica principal deste produto, pois são aceitas diversas composições de garantias (CAIXA, 2014).

O PROGER Investimento foi instituído pelo Conselho Deliberativo dos Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador como forma de incentivar a geração de emprego e renda, sendo mais uma alternativa de financiamento para as micro e pequenas empresas. Utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o PROGER financia Planos de Negócios de investimento e capital de giro de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) (CAIXA, 2014).

Já o BNDES FINAME é uma modalidade de financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, credenciados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. O produto BNDES Finame divide-se em Linhas de Financiamento com objetivos e condições financeiras específicas de acordo com a empresa beneficiária e os itens financiáveis (BNDES, 2014).

2.3 O CRÉDITO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BANCO

Segundo Silva (2008) crédito consiste na entrega de um valor mediante uma promessa de pagamento. Em um banco, o crédito é colocado à disposição do cliente (tomador do recurso) sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante promessa de pagamento de um valor maior numa data futura.

De acordo com Lemes Júnior, et al (2005) quando os bancos concedem empréstimos às empresas, devem acompanhá-los para assegurar o recebimento dos juros e a devolução do principal, pois em uma instituição financeira o crédito é o principal negócio transacionado e a principal fonte de receita.

O ganho relacionado numa transação de crédito é chamado de *spread* e é representado pela diferença entre o custo de captação e a receita obtida com o empréstimo do recurso captado. O crédito é de extrema importância para os bancos e foi classificado para melhor compreensão de seus riscos (BRITO, 2003).

2.3.1 Os C's do crédito

A classificação do crédito foi dividida em C's (Caráter, Capacidade, Condições, Colateral, Capital e Conglomerado) neles contêm as variáveis

relacionadas ao risco do cliente, os quais foram definidos a seguir de acordo com Silva (2008):

- a) Caráter - o caráter refere-se à intenção do devedor de cumprir a promessa de pagamento. Pela análise de informações de bancos ou fornecedores é possível identificar a pontualidade do devedor no cumprimento de suas obrigações.
- b) Capacidade - a capacidade refere-se à habilidade do indivíduo ou grupo de indivíduos de gerir estratégica e operacionalmente os negócios da empresa e garantir sua continuidade.
- c) Capital - o capital refere-se aos bens e recursos de uma empresa para saldar seus débitos, é medido mediante análise dos índices financeiros.
- d) Colateral - o colateral refere-se à capacidade do cliente em oferecer garantias complementares para assegurar o crédito.
- e) Condições - as condições englobam fatores externos que em princípio não estão sob o controle da empresa, por exemplo, o desaquecimento de determinado setor da economia.
- f) Conglomerado - além dos c's tradicionais (caráter, condições, capacidade, capital e colateral), Silva (2008) julga que deve ser adicionado mais um "c" que é o de conglomerado. Refere-se à análise não apenas de uma empresa específica que esteja solicitando crédito, mas ao exame do conjunto de empresas no qual a pleiteante do crédito esteja contida.

2.4 POLÍTICA E ANÁLISE DE CRÉDITO

Segundo Lemes Júnior, et al (2005, p. 355) "as políticas de crédito são a base da eficiente administração de valores a receber, pois orientam a forma como o crédito é concedido, definindo padrões de crédito, prazos, riscos, garantias exigidas e diretrizes".

Conforme Silva (2008) na liberação de crédito é necessária análise detalhada da empresa, avaliando qual o risco em cada operação. Muitas vezes, alguns bancos copiam formulários de análise de outros bancos que pode levar ao uso de padrões inadequados, pois de acordo com a atividade, porte e região da empresa o resultado pode ser diferente.

Mellagi Filho (2003) relata que o administrador financeiro de uma instituição bancária deve estar atento à qualidade de seus empréstimos para que a instituição não sofra problemas de liquidez que podem levar à falência da mesma.

De acordo com Brito (2003) no processo de intermediação financeira deve-se levar em consideração à assunção, o gerenciamento e a precificação do risco, só assim pode-se definir e analisar o risco-retorno da operação.

2.5 RISCO

O risco segundo Securato (1996, p. 28) “é a probabilidade de ocorrência do evento gerador da perda ou da incerteza”, dividindo-se em risco sistemático ou conjuntural e risco não sistemático ou próprio.

Risco sistemático é relativo a fatores externos, “consiste no risco que os sistemas econômicos, político e social, visto de forma ampla, impõe ao ativo [...] Desta forma o “sistema” estará atuando sobre todos os ativos de uma só vez” (SECURATO, 1996, p. 28).

Já o risco não sistemático é relativo a fatores internos que de acordo com Securato, (1996, p. 42) consiste no “risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual pertence; é gerado por fatos que atingem diretamente o ativo em estudo ou o subsistema a que está ligado e não atinge os demais ativos e seus subsistemas”. É relacionado com as características de cada atividade econômica.

2.5.1 Tipos de Risco

O risco pode ser classificado, a seguir a definição de Brito (2003) dos mais influentes nas instituições financeiras:

- a) Risco de Mercado – é a possibilidade de oscilação dos preços no mercado. Está presente em mercado de ações, juros, câmbio e índices.
- b) Risco de Liquidez – é a possibilidade de falta de caixa (recurso) para honrar obrigações assumidas em transações de uma empresa.
- c) Risco de crédito - caracteriza-se pela possibilidade de perda da totalidade do valor principal, acrescido de juros contratuais que o usuário final sofrerá se a contraparte não liquidar seu vínculo financeiro no vencimento do contrato.

2.5.2 Classificação do risco de crédito em um banco

O risco de crédito está presente em todas as operações financeiras, para melhor compreensão, ele pode ser classificado em quatro grupos: risco do cliente ou risco intrínseco; risco de operação; risco de concentração; e risco de administração do crédito. Essa forma de classificação auxilia na redução das perdas e na tomada de decisão, orientada pela avaliação da relação risco e retorno (SILVA, 2008). Abaixo a definição de acordo com (SILVA, 2008):

- a) Risco do cliente ou risco intrínseco é definido por Silva (2008, p. 58) como sendo o “inerente ao tomador e decorre de suas características. Portanto, o não cumprimento da promessa de pagamento pelo devedor pode decorrer de um conjunto de fatores associados ao próprio devedor”.
- b) Risco da operação decorre de um empréstimo ou financiamento específico o qual carrega certas características de risco inerentes a sua finalidade e a sua natureza.
- c) Risco de concentração é aquele que aparece quando “a carteira de crédito do banco pode estar concentrada num determinado segmento de atividade econômica, numa região geográfica ou num produto específico” (SILVA, 2008, p. 61). O risco de concentração decorre da composição da carteira de recebíveis da instituição financeira.
- d) Risco da administração do crédito é aquele que decorre da capacidade do banco na avaliação do risco do cliente. O risco da administradora de crédito decorre na responsabilidade da alta direção do banco de diversificar a carteira de crédito, no fornecimento de condições materiais e na manutenção de uma equipe de profissionais preparada e atualizada para analisar, avaliar, decidir, formalizar e acompanhar a concessão de crédito.

2.5.3 Gestão do risco

No processo de intermediação financeira é levado em consideração a gestão do risco para reduzir as perdas nas operações. De acordo com Brito, (2003) gestão do risco é o processo por meio do qual as diversas exposições ao risco são identificadas, mensuradas e controladas, o qual é fundamental para que a instituição

financeira compreenda os riscos assumidos, dimensionando-os e adequando-os aos seus objetivos relativos ao risco-retorno.

Segundo Silva (2008) a matéria-prima para a tomada de decisão sobre o crédito é a informação. Para a obtenção de informações confiáveis é necessário solicitar documentos para comprovação, além de criar pastas cadastrais para agrupar e guardar estes documentos. Os balanços, relatórios anuais e atas de assembleias recebidos do cliente, após servirem para elaboração das análises, poderão ser arquivados nesta divisão para eventuais consultas.

Ainda de acordo com Silva (2008) a ficha cadastral é um valioso instrumento para auxiliar na análise e decisão de crédito propiciando aos gerentes diversas informações relevantes sobre a empresa e alguns fatores que afetam o seu desempenho.

2.5.4 Gestão do Risco na Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal possui estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional as quais são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação das exposições a esses riscos (CAIXA, 2014).

A Política de Gerenciamento de Riscos do conglomerado na Caixa abrange todas as atividades da Instituição e de suas empresas controladas, definindo as regras de atuação conforme o inciso VII do artigo 4º do Capítulo I, do Estatuto da Instituição.

Nela estabelece os princípios, premissas, diretrizes, valores e responsabilidades sobre os processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas de gerenciamento dos riscos e de modelagem em conformidade com as estratégias da Instituição, legislação vigente e as boas práticas de governança corporativa.

2.6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

Segundo Lemes Júnior (2005) a análise das demonstrações financeiras é um instrumento utilizado para conhecer a posição e evolução financeira da empresa

através de índices financeiros que são grandezas comparáveis obtidas através de valores monetários absolutos. Através da análise das demonstrações financeiras pode-se analisar o fluxo dos recursos utilizados pela empresa, apontar as origens e aplicações mais importantes e destacar possíveis ineficiências gerenciais.

Marion (2010, p.15) afirma que “só temos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio de três pontos de análise: Liquidez (situação financeira), Rentabilidade (situação econômica) e Endividamento (estrutura de capital)”.

De acordo com Matarazzo (2007) o uso de índices-padrão e de pesos possibilita chegar-se a uma avaliação global da empresa analisada, o que é de extrema utilidade nas decisões de crédito.

Para definir a situação-econômica de uma empresa é necessário realizar a análise dos balanços, a seguir as principais:

Análise vertical e horizontal: segundo Marion (2010) quando fazemos a divisão de uma grandeza de um mesmo ano por outra, nossos olhos leem no sentido vertical, daí chamarmos de análise vertical. E quando comparamos os indicadores de vários anos, analisamos a tendência dos índices. Nesse caso, chamamos de análise horizontal porque nossos olhos leem no sentido horizontal.

Segundo Müller (2008) esses tipos de análises podem ser indicados para verificar a tendência dos saldos das contas contábeis ou do controle do desempenho empresarial.

Análise da taxa de retorno sobre o investimento: Marion (2010) relata que uma empresa só tem razão de continuidade se der lucro, ou retorno sobre o investimento dos sócios. A análise de taxa de retorno sobre o investimento demonstra esta evolução.

2.7 ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Segundo Lemes Júnior (2005) para a obtenção dos índices financeiros utilizam-se as demonstrações financeiras, principalmente o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). As quais fornecem dados importantes para a tomada de decisão, para o gestor da empresa ou para quem vai conceder o crédito.

De acordo com Matarazzo (2007) o importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa. A quantidade de índices que deve ser utilizada depende da profundidade que se deseja analisar. Segue no anexo A, as fórmulas para o cálculo dos índices para análise das demonstrações financeiras apresentadas no quadro 1.

2.8 *RATING* NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Rating é definido por Silva (2008) como uma avaliação de risco, a qual é feita por meio da mensuração e ponderação das variáveis determinantes do risco da empresa, sendo apresentado por meio de um código ou classificação que fornece uma graduação do risco.

Segundo Brito (2003) o sistema *rating* é considerado um dos mais antigos sistemas para concessão de crédito, nele é definido escalas de alta, média e baixa qualidade de crédito por meio de parâmetros simbolizados por letras ou números.

De acordo com esta classificação, na análise da operação de crédito, a diferença é muito grande entre uma empresa classificada como risco mínimo e outra classificada como risco máximo na escala de avaliação. No Brasil, em se tratando de instituição autorizada e fiscalizada pelo Banco Central (BACEN), o sistema de classificação deve conter as escalas de AA até H (SILVA, 2008).

Conforme a resolução n.º 2682 BACEN de 21/12/1999, a classificação do risco deve ser efetuadas com base em informações internas e externas, contemplando, pelo menos os seguintes aspectos:

I - em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito.

II - em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- c) valor.

Ainda, conforme a resolução n.º 2682 BACEN de 21/12/1999, a classificação da operação nos níveis de risco deve ser revista, no mínimo mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser classificado observando o que segue:

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H.

2.9 PIS (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL) / PASEP (PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO)

O PIS/PASEP foi criado com objetivo inicial de integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e em assegurar ao trabalhador da iniciativa privada e ao servidor público obter um patrimônio individual de formação progressiva, estimulando a poupança, corrigindo distorções na distribuição de renda e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social (TESOURO NACIONAL, 2014).

Contudo, os objetivos da arrecadação para o PIS e PASEP foram alterados para custear os Programas do seguro-desemprego e do abono aos trabalhadores que ganham, em média, até dois salários mínimos de remuneração mensal.

Os agentes operadores do PIS e do PASEP são a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, respectivamente, conforme determinação das Leis de criação de cada Programa. Já a aplicação dos recursos do PIS e do PASEP cabem ao BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil (TESOURO NACIONAL, 2014).

O Fundo PIS-PASEP que é utilizado para esta linha de crédito, foi criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e regido pelo Decreto nº

4.751, de 17 de junho de 2003, é um fundo contábil, de natureza financeira, constituído pelos valores do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, existentes em 30 de junho de 1976 (TESOURO NACIONAL, 2014).

3 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido por meio de estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, realizado na Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura, objetivando identificar o uso das ferramentas contábeis na análise da capacidade do tomador de crédito da linha GIROCAIXA Recurso PIS nesta agência.

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2014, por meio de dados coletados com base em uma entrevista semiestruturada realizada com o gerente responsável pelo setor de crédito, outra base de coleta de dados foi na pesquisa documental, onde foram utilizados normativos internos disponibilizados pelo gerente.

A análise dos dados foi feita a partir das informações obtidas pela entrevista, a qual contou com a contribuição de material bibliográfico que contempla o assunto abordado pela pesquisa.

Ressalta-se que a pesquisa se desenvolveu com abordagem qualitativa de dados, pois de acordo com a proposta desse trabalho não foram abordados dados quantitativos.

4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa bem como a análise desses resultados por meio de discussão dos dados com base na literatura existente sobre o tema.

4.1 ROLIM DE MOURA E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Rolim de Moura foi elevado à categoria de município pelo Decreto-Estadual nº 071, de 05 de agosto de 1983, desmembrado do município de Cacoal/RO. Destaca-se na Zona da Mata do Estado de Rondônia pela maior concentração

populacional e pela economia. Em termos de população essa localidade conta com uma população estimada de 55.357 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta e sete) habitantes e no que se relacionada à economia tem-se a presença de 1.128 (mil cento e vinte oito) empresas atuantes no município (IBGE, 2013).

A Caixa Econômica Federal em Rolim de Moura-RO foi instalada no ano de 2001, inicialmente, como Posto de Atendimento Bancário na Prefeitura do Município, sendo extensão da agência da cidade de Cacoal – RO à época. Posteriormente devido ao grande fluxo foi construída uma agência e inaugurada no ano de 2006.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio da realização da entrevista foi possível limitar as linhas de créditos mais ofertadas para as empresas em Rolim de Moura, sendo elas: 1) Capital de Giro Operações de Recursos próprios (Giro CAIXA Fácil, Conta Garantida CAIXA e PROGER Investimento) e 2) BNDES FINAME.

Por meio de pesquisa documental foi possível qualificar a modalidade GIROCAIXA Recurso do PIS, sendo essa uma linha de crédito destinada a Micro e Pequenas Empresas (MPE) cujo faturamento bruto fiscal anual não ultrapasse a R\$ 15 (quinze) milhões. Tal modalidade de crédito objetiva prover capital de giro a essas empresas mediante recursos originados do Fundo PIS, sendo esses orçamentários e finitos.

A Caixa, em conformidade com a política de crédito do Governo Federal, prioriza a destinação dos empréstimos com recursos do PIS para micro e pequenas empresas que são apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC e pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

De acordo com o Relatório de Gestão do Fundo PIS-PASEP 2012/2013, o recurso do PIS à disposição da Caixa Econômica Federal para financiamento de capital de giro no Brasil totalizou, em 30 de junho de 2013, R\$ 775.951.567,15 (setecentos e setenta e cinco milhões novecentos e cinquenta e um mil quinhentos e sessenta e sete reais, e quinze centavos) dos quais R\$ 756.124.553,80 (setecentos e cinquenta e seis milhões cento e vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e três reais, e oitenta centavos) correspondente a 97,44% do total, estavam aplicados

correspondendo a 37.986 (trinta e sete mil novecentos e oitenta e seis) contratos ativos, tendo como maior beneficiária a região sudeste, com 52,78% das aplicações, seguida da região sul com 26,63% (TESOURO NACIONAL, 2014).

O quadro 1 destaca o saldo líquido da carteira, onde estão considerados o volume de contratos e respectivos valores mensais de empréstimo, deduzidos os valores liquidados durante o exercício 2012/2013 em nível nacional, pois a Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura não possui dados específicos sobre o montante das operações de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS realizadas em Rolim de Moura.

Quadro 1 – Demonstrativo do saldo do GIROCAIXA Recurso do PIS em nível nacional no ano de 2012/2013.

Mês/ano	Quantidade ativa	Saldo do mês (R\$ mil)
jul/12	35.334	411.355
ago/12	39.149	482.749
set/12	37.455	731.279
out/12	38.434	751.118
nov/12	39.623	762.747
dez/12	39.447	765.135
jan/13	37.492	739.850
fev/13	33.800	682.282
mar/13	34.150	736.493
abr/13	34.242	740.234
mai/13	36.036	748.374
jun/13	37.986	756.125

Fonte: TESOURO NACIONAL (2013).

Segundo o gerente entrevistado, a linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS é uma linha de capital de giro que utiliza recursos do PIS, tendo como principal atrativo sua taxa de juros, que atualmente é de 0,833% ao mês; isenta de Imposto Sobre Operações de Crédito (IOF) e com um prazo variável de acordo com a modalidade solicitada, não ultrapassando o prazo máximo de 36 meses. Segundo o respondente, essa modalidade é bem solicitada pelos comerciantes da região, devido à baixa taxa de juros oferecida.

Na Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura para liberação do crédito são solicitados alguns documentos a serem analisados os quais são: 1) relação de faturamento assinada pelo contador; 2) certidão negativa do FGTS; 3) certidão negativa do INSS; 4) certidão negativa da Receita Federal e 5) certidão negativa da Secretaria de Finança do Estado. Na entrevista constatou-se que é realizado em um

segundo momento uma análise do histórico de crédito (endividamento) junto às outras instituições financeiras, além de um levantamento de informações sobre os clientes e fornecedores da empresa, bem como, a realização de visita nas dependências da empresa para averiguação das instalações e das informações fornecidas pelos sócios.

Porém deve haver uma maior preocupação em relação ao recebimento dessas operações por parte do banco, pois conforme Silva (2008) é necessário uma verificação detalhada da empresa, averiguando-se o risco em cada operação, pois o uso de padrões inadequados no processo de análise pode acarretar em um resultado distorcido, devido ao ramo de atividade, o porte e a região de localização da empresa.

Apesar de Lemes Júnior (2005) afirmar que as demonstrações financeiras são importantes para se conhecer a posição e evolução financeira da empresa, o gerente informou que não utiliza as demonstrações financeiras na análise da linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS devido as limitações encontradas na região, bem como o porte das empresas que utilizam esta modalidade de crédito.

Outro fator que explica a não utilização das demonstrações contábeis para análise de concessão de crédito, segundo o respondente, é a distorção das informações com a realidade da empresa, ocasionando uma baixa confiabilidade nas demonstrações apresentadas. Sendo mais cômodo verificar a realidade da empresa por meio de visitas no estabelecimento, além de confirmar a idoneidade com fornecedores e clientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou as ferramentas utilizadas na análise da capacidade do tomador de crédito GIROCAIXA Recurso PIS na agência da Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura. Foi possível caracterizar a modalidade GIROCAIXA Recurso do PIS, podendo-se visualizar as limitações em sua liberação, bem como seu objetivo e aplicação do recurso, sendo esse exclusivo para capital de giro de Micro e Pequenas Empresas.

Quando observado se a Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura utiliza as demonstrações contábeis para análise da capacidade de pagamento de uma

empresa, foi constatado que na liberação da linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS esse tipo de procedimento não é adotado. Tal situação ocorre devido às empresas dessa região serem em sua maioria micro e pequenas, não utilizando a contabilidade como ferramenta gerencial. Com isso as demonstrações elaboradas por essas empresas não retratam sua realidade contábil, o que impossibilita seu uso como ferramenta de análise na concessão de crédito.

Essa situação apresenta-se como fator preocupante em relação ao uso da contabilidade, pois de acordo com Lemes Júnior (2005) e Silva (2008), a análise dos demonstrativos contábeis no processo de concessão de crédito é uma ferramenta de extrema importância, para se conhecer a capacidade de pagamento do tomador do crédito. É preocupante também, pois a linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS utiliza exclusivamente o Fundo Federal do PIS-PASEP.

No entanto, em função da baixa qualidade e veracidade nas informações apresentadas pela contabilidade das empresas dessa região, o seu uso fica impossível no que se refere à ferramenta de análise para se conhecer a capacidade de solvência das empresas. Isso faz com que a agência da Caixa Econômica Federal de Rolim de Moura – RO utilize outras ferramentas para conhecer o potencial de pagamento do tomador do crédito.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro**, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Nº 2682**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf> Acesso em: 16 Jul. 2014.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. **BNDES Finame**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINAME_Maquinas_e_Equipamentos/#linhas> Acesso em: 24 Mar. 2014.

BRITO, Osias Santana de. **Controladoria de risco – retorno em instituições financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Giro Caixa**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/capital_giro/giro_caixa/saiba_mais.asp> Acesso em: 24 Mar. 2014.

_____. **Informações Referentes à Gestão de Riscos na CAIXA**. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/cartilhas/Informacoes_Gestao_de_Riscos_na_CAIXA_201309.pdf> Acesso em 25 Mar. 2014.

_____. **Giro Caixa Fácil**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/capital_giro/giro_caixa_facil/saiba_mais.asp> Acesso em: 01 Jul. 2014.

_____. **Conta Garantida Caixa**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/capital_giro/credito_empresarial_caixa/saiba_mais.asp> Acesso em 01 Jul. 2014.

_____. **PROGER Investimento**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/financiamentos/proger_investimento/saiba_mais.asp> Acesso em 01 Jul. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 24 Mar. 2013.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras** / Antonio Barbosa Lemes Júnior, Cláudio Miessa Rigo, Ana Paula Mussi Szabo Cherobim. 2ª edição Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLAGI FILHO, ARMANDO. **Mercado Financeiro e de capitais** / Sérgio Ishikawa. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MORI, Daniela Bortolotto. **Análise das demonstrações financeiras: sua importância para concessão de crédito.** Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/28140/DANIELA%20BORTOLOTTO%20MORI.pdf?sequence=1>> Acesso em 17 ago. 2013.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Análise financeira: uma visão gerencial: guia prático com sugestões e indicações da análise financeira das organizações** / Aderbal Nicolas Müller, Luis Roberto Antonik. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Silvio Costa da Silva. **Cédula de crédito bancário: instrumento de acesso ao crédito.** Disponível em: <http://www.fadisp.edu.br/download/turma_m3/SILVIO_COSTA_DA_SILVA_PEREIRA_2.pdf> Acesso: em 01 ago. 2013.

SECURATO, Jose Roberto. **Decisões financeiras em condições de risco**, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

TESOURO NACIONAL. **Fundo PIS-PASEP.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/fundo-pis-pasep>> Acesso em: 23 Mar. 2014.

_____. **Prestação De Contas Ordinária Anual Relatório De Gestão Do Exercício Financeiro 2012-2013** Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/pis_pasep/downloads/relatorio_internet_2012_2013.pdf> Acesso em: 23 Mar. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO SOBRE ANÁLISE DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

Entrevista semiestruturada adaptada de Mori (2011)

Dados do entrevistado:

Escolaridade (se nível superior dizer o curso) _____

Tempo de Caixa Econômica Federal _____

Tempo na agência de Rolim de Moura _____

Função na instituição: _____

1) Quais linhas de créditos mais ofertadas para as empresas de Rolim de Moura?

2) Como funciona a linha de crédito GIROCAIXA Recurso do PIS (taxa, prazo, IOF)?

3) Qual o ramo de atividade econômica que mais utiliza a linha de crédito GIROCAIXA Recurso PIS?

4) Quais são os critérios para liberação do GIROCAIXA Recurso PIS para uma empresa?

5) O índice de inadimplência desta linha de crédito é alto?

6) No momento da análise do crédito é solicitado da empresa alguma Demonstração Contábil?

() sim () não

7) Se afirmativo, quais Demonstrações são solicitadas?

a) () Demonstração do Resultado do Exercício

b) () Balanço Patrimonial

c) () DVA (Demonstração do Valor Adicionado)

d) () DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa)

e) () DOAR (Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos)

f) Outra. Qual ? _____

8) Para conceder crédito ao cliente o(a) analista faz um estudo das demonstrações contábeis da empresa?

() sim () não

9) Quais, dos indicadores financeiros abaixo, são utilizados durante a análise de crédito:

ÍNDICE	FÓRMULA	Marcar opção
• Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento)	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	
• Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$	
• Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	
• Imobilização dos Recursos não Correntes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	
• Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	

• Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	
• Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	
• <i>Giro do Ativo</i>	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	
• <i>Margem Líquida</i>	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	
• <i>Rentabilidade do Ativo</i>	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	
• <i>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</i>	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	

Se houver outros índices financeiros, favor informar:

10) É utilizada a análise horizontal nas demonstrações contábeis da empresa que se está analisando para conceder crédito?

() sim () não

11) É utilizada a análise vertical nas demonstrações contábeis da empresa que se está analisando para conceder crédito?

() sim () não

12) Quais outras informações (financeiras ou não financeiras) são utilizadas na análise de concessão de crédito?

ANEXO

Anexo A: Quadro 1 – QUADRO RESUMO DOS ÍNDICES

SÍMBOLO	ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
1. CT/PL	Estrutura de Capital • Participação de Capitais de Terceiros (Endividamento)	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 100,00 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.
2. PC/CT	• Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
3. AP/PL	• Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada \$100,00 de Patrimônio Líquido.	Quanto menor, melhor.
4. AP/PL + ELP	• Imobilização dos Recursos não Correntes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	Que percentual dos Recursos não Correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a longo prazo) foi destinado ao Ativo Permanente.	Quanto menor, melhor.
5. LG	Liquidez • Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a longo prazo para cada \$ 1,00 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
6. LC	• Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada \$1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
7. LS	• Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.

Continua

Continuação

SÍMBOLO	ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
7. VL/AT	<i>Rentabilidade</i> <ul style="list-style-type: none"> Giro do Ativo 	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	Quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
9. LL/VL	<ul style="list-style-type: none"> Margem Líquida 	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 vendidos.	Quanto maior, melhor.
10. LL/AT	<ul style="list-style-type: none"> Rentabilidade do Ativo 	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
11. LL/PL	<ul style="list-style-type: none"> Rentabilidade do Patrimônio Líquido 	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 de capital próprio investido.	Quanto maior, melhor.

Quadro-resumo dos índices. Fonte: Matarazzo, 2007, p.15

